

**HABEAS CORPUS Nº 549.280 - RJ (2019/0360028-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : ANGELO MAXIMO MACEDO DA CONCEICAO  
**ADVOGADO** : ANGELO MAXIMO MACEDO DA CONCEIÇÃO - RJ135172  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : VICTOR DA SILVA PINTO (PRESO)  
**PACIENTE** : ROMULO LOPES DOS SANTOS VASCONCELOS (PRESO)  
**PACIENTE** : JOAO PEDRO DE CARVALHO MARANHÃO VIEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DECISÃO**

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de RÔMULO LOPES DOS SANTOS VASCONCELOS, JOÃO PEDRO DE CARVALHO MARANHÃO VIEIRA e VICTOR DA SILVA PINTO, impugnando acórdão da 4ª Câmara criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que denegou a ordem pleiteada no HC n. 0058668-95.2019.8.19.0000, assim ementado:

*EMENTA – HABEAS CORPUS.*

*PACIENTES DENUNCIADOS PELOS CRIMES DE TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E COLABORAÇÃO PARA O TRÁFICO, EM CONCURSO MATERIAL (ART. 33, CAPUT, ART. 35 E ART. 37, TODOS DA LEI N.º 11.343/06, NA FORMA DO ART. 69 DO CÓDIGO PENAL – VÍCTOR / ART. 33, CAPUT E ART. 35, AMBOS DA LEI N.º 11.343/06, NA FORMA DO ART. 69 DO CÓDIGO PENAL – RÔMULO E JOÃO PEDRO).*

*ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL, POR AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR, PORQUE OS ACUSADOS FORAM MANTIDOS ALGEMADOS DURANTE A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA, A QUAL NÃO FOI REALIZADA NO PRAZO LEGAL, POR FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA DA DECISÃO DE CONVERSÃO DA PRISÃO, ALÉM DE OS PACIENTES POSSUÍREM CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS.*

*NULIDADE PELO EXCESSO DE PRAZO PARA A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA.*

*INOCORRÊNCIA. EVENTUAL IRREGULARIDADE QUE RESTOU SUPERADA, ANTE A CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA, ALTERANDO O FUNDAMENTO DA CUSTÓDIA.*

*NULIDADE PELO USO DE ALGEMAS DURANTE A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NÃO CONFIGURADA, PORQUE A SUA UTILIZAÇÃO FOI DEVIDAMENTE JUSTIFICADA PELA AUTORIDADE IMPETRADA, NÃO HAVENDO QUALQUER OFENSA À SÚMULA VINCULANTE N.º 11 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.*

*PRETENSÃO AO RELAXAMENTO OU À REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA QUE SE NEGA. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA, EM OBSERVÂNCIA AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PRISÃO FUNDADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, POR CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E PARA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL, NA FORMA DO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.*

*PACIENTES QUE, TRAZIAM CONSIGO, DE FORMA COMPARTILHADA, PARA FINS DE COMÉRCIO, 503 GRAMAS DE MACONHA, DISTRIBUÍDOS EM 305 EMBALAGENS TIPO SACOLÉ; 592 GRAMAS DE COCAÍNA, DISTRIBUÍDOS EM 418 PEQUENOS TUBOS PLÁSTICOS TIPO EPPENDORF; 74 GRAMAS, DISTRIBUÍDOS EM 246 PEQUENOS SACOS PLÁSTICOS, TIPO SACOLÉ, E QUE ESTAVAM ASSOCIADOS PARA O FIM DE PRATICAREM, DE FORMA REITERADA OU NÃO, O CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES NA COMUNIDADE MENINO DE DEUS.*

*ACUSADO VÍCTOR QUE COLABORAVA, COMO INFORMANTE, NA MEDIDA EM QUE, MUNIDO DE RÁDIO TRANSMISSOR, AVISAVA AOS TRAFICANTES DA CHEGADA DA POLÍCIA NO LOCAL.*

*GRAVIDADE EM CONCRETO DOS CRIMES IMPUTADOS. SENDO O TRÁFICO DE DROGAS, INCLUSIVE, EQUIPARADO A HEDIONDO E QUE OFENDE A INCOLUMIDADE PÚBLICA, GERANDO ACENTUADA LESIVIDADE SOCIAL, A MERECER ESPECIAL ATENÇÃO. NECESSIDADE DE SE ACAUTELAR O MEIO SOCIAL, A FIM DE EVITAR A REITERAÇÃO CRIMINOSA, O QUE COLOCARIA EM RISCO A ORDEM PÚBLICA.*

*EVENTUAIS PRIMARIEDADE, BONS ANTECEDENTES E RESIDÊNCIA FIXA, POR SI SÓS, NÃO JUSTIFICAM A CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA, QUANDO EXISTEM OUTROS DADOS QUE EVIDENCIAM A NECESSIDADE DA CUSTÓDIA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.*

**DENEGAÇÃO DA ORDEM.**

(HC n. 0058668-95.2019.8.19.0000, Rel. Desembargador FRANCISCO JOSÉ DE ASEVEDO, 4ª Câmara criminal do TJ/RJ, unânime, julgado em 19/11/2019) - negritei.

Inconformados, os Pacientes insistem em que sua prisão é totalmente desnecessária para o desenrolar do processo, “inclusive, por seu estado de saúde” (e-STJ fl. 8).

Repisam, ainda, suas alegações de ilegalidades na prisão (1) por não ter sido realizada a audiência de custódia dentro das 24h seguintes à prisão; e (2) por terem sido os pacientes mantidos algemados na audiência de custódia, o que violaria o disposto na súmula vinculante n. 11/STF. Por fim, apontam ausência de fundamentação na decisão proferida pela autoridade coatora.

Lembram que “Os pacientes são primários e com bons antecedentes, residentes e domiciliados na comarca processante” (e-STJ fl. 16) e pedem a concessão de liminar que determine o relaxamento de sua prisão, ou, de forma subsidiária, a revogação da prisão preventiva.

É o relatório. Passo a decidir.

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Observo, inicialmente, que, como bem pontuou o acórdão do TJ/RJ, as alegações de ilegalidade na prisão em flagrante foram superadas por sua conversão em prisão preventiva.

No caso, ao que parece, a prisão foi decretada em razão do risco de reiteração, como se vê dos seguintes fragmentos do decreto de prisão preventiva (e-STJ fls. 45/47):

*No que diz respeito à conversão da prisão em flagrante em preventiva, entende este magistrado que a prisão se mostra necessária e proporcional, data vênua do entendimento defensivo, devendo ser destacado que os fatos imputados ao custodiado são tipificados como crimes graves, notadamente porque os policiais estavam em patrulhamento na Comunidade Menino de Deus quando teriam se deparado com os três indiciados, os quais, ao virem a guarnição, teriam tentado dispensar sacos e mochila contendo drogas. Assim, com eles os policiais teriam encontrado elevadíssima quantidade de drogas, em variedade, cuja forma de acondicionamento é indicativa de traficância. Como se não bastasse, eles teriam dito fazer parte do tráfico local, que é dominado pelo Comando Vermelho. Neste prisma, tudo indica que o restabelecimento da liberdade dos custodiados gera ofensa à ordem pública, assim considerado o sentimento de segurança, prometido constitucionalmente, como garantia dos demais direitos dos cidadãos.*

*Ademais, não há qualquer documento que indicie o exercício de atividade laborativa lícita pelos custodiados.*

(e-STJ fl. 46 – negritei.)

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do habeas corpus.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Dispensar as informações.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Ministro